

EUCLIDES DE OLIVEIRA
SEBASTIÃO AMORIM

INVENTARIO E PARTILHA

TEORIA E PRÁTICA

27ª edição
Revista e atualizada
2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Isabella Sánchez de Souza (coord.) Marisa Amaro dos Reis
Produção editorial	Daniela Debora de Souza (coord.) Verônica Pivisan Reis
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolly Wasconcelos Razuk
Diagramação e revisão	Kalima Editores
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-6/9410

A524I Oliveira, Euclides de; Amorim, Sebastião
Inventário e partilha: teoria e prática / Euclides de Oliveira e Sebastião Amorim. – 27. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2021.
576 p.

ISBN: 978-65-5559-595-6

1. Direito. 2. Direito Sucessório. I. Título.

2021-46 CDD 342.165
CDU 347.65

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Sucessório 342.165
2. Direito Sucessório 347.65

Data de fechamento da edição: 4-2-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607032 CAE 754515

Sumário

<i>Apresentação à 1ª edição</i>	7
<i>Prefácio</i>	9
<i>Nota dos autores</i>	13
<i>Abreviaturas</i>	17
CAPÍTULO 1	
Sucessão Hereditária	
1. Conceito de sucessão	37
1.1. Direito das Sucessões	38
1.2. Herança	39
2. Sucessão <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i>	42
2.1. Sucessão legítima, testamentária e anômala	42
2.2. Sucessão a título universal e a título singular	43
3. Abertura da sucessão e transmissão da herança	44
4. Direito do nascituro	47
5. Comoriência	53
6. Dos que não podem suceder. Indignidade. Deserdação	55
6.1. Indignidade	56
6.2. Deserdação	58
7. Aceitação e renúncia da herança	60
8. Cessão de herança	65
8.1. Renúncia translativa. Formalização	67
8.2. Renúncia à meação	68
8.3. Registro da cessão de herança	69
9. Levantamento de certos valores pelos dependentes	70

CAPÍTULO 2

Sucessão Legítima

1. Noção de sucessão legítima.	73
2. Ordem da vocação hereditária	74
3. Parentesco.	77
3.1. Conceito de parentesco.	77
3.2. Linhas e graus de parentesco	78
3.3. Espécies de filiação	80
3.4. Adoção	81
3.5. Igualdade dos filhos	84
4. Herdeiros necessários	85
5. Petição de herança e herdeiro aparente.	86
6. Direito de representação	88
7. Descendentes	90
8. Ascendentes	93
9. Cônjuge.	94
9.1. Regime de bens.	95
9.2. Meação e herança	96
9.3. Concurso com descendentes.	97
9.4. Cálculo das quotas	104
9.5. Concurso com ascendentes.	107
9.6. Cônjuge herdeiro único	108
9.7. Separação de fato	109
9.8. Usufruto.	111
9.9. Habitação	111
9.10. Aquestos – súmula STF 377	113
10. Companheiro. União estável	115
11. Colaterais	115
12. O Município, o Distrito Federal e a União	117

CAPÍTULO 3

Sucessão Legítima na União Estável

1. União estável como entidade familiar	119
2. Requisitos para configuração da união estável	121
2.1. Convivência	122
2.2. Ausência de formalismo	123
2.3. Unicidade de vínculo	126
2.4. Duração: estabilidade	128
2.5. Continuidade	130
2.6. Publicidade	131
2.7. Inexistência de impedimentos matrimoniais	132
2.8. Elemento subjetivo: propósito de constituir família	136
3. Impedimentos decorrentes de união estável	138
4. União estável homoafetiva	139
5. Desfiguração da união estável. Concubinato	145
6. Namoro e união estável	148
7. Meação	151
7.1. Meação no Código Civil	153
7.2. Meação de bens em união estável de pessoa casada e separada de fato	155
8. Sucessão hereditária	160
8.1. Direito de herança do companheiro	160
8.2. Direito de habitação do companheiro	174
8.3. Companheiro, antes casado e separado de fato	175
8.4. Sucessão por testamento	177
9. Ações	178
9.1. Declaratória de união estável e sua dissolução para fins de meação	178
9.2. Declaratória de união estável e pedido de herança	180
9.3. Inventário: abertura e habilitação	182
9.4. Reserva de bens em inventário	184
9.5. Conversão da união estável em casamento	186

INVENTÁRIO E PARTILHA TEORIA E PRÁTICA

10. Competência jurisdicional	188
11. O Ministério Público nas ações de reconhecimento da união estável . . .	191

CAPÍTULO 4**Herança Jacente e Herança Vacante**

1. Herança jacente – conceito	193
1.1. Natureza jurídica da herança jacente.	194
2. Arrecadação e demais atos processuais.	195
3. Herança vacante – conceito	197
3.1. Destinação de herança vacante	198
3.2. Usucapião de herança vacante	202
3.3. Sentença de herança vacante.	205
3.4. Recurso da sentença de herança vacante	206
4. Bens vacantes e coisas vagas – distinção.	206
5. Esquema da herança jacente e vacante	208

CAPÍTULO 5**Ausência e Morte Presumida**

1. Ausência e seus efeitos	209
2. Declaração judicial de ausência	210
3. Arrecadação de bens quando não apareçam sucessores	211
4. Sucessão provisória no processo de ausência	212
5. Processamento da sucessão provisória	212
6. Conversão da sucessão provisória em definitiva.	213
7. Regresso do ausente após a sucessão definitiva	214
8. Declaração de morte pela Lei n. 6.015/73 e pelo Código Civil.	215
9. Declaração de ausência, com presunção de morte, pelas Leis n. 6.683/79 e n. 9.140/95	217
10. Esquema do processo de ausência	219

CAPÍTULO 6

Sucessão Testamentária

1. Sucessão testamentária	221
2. Conceito e requisitos do testamento	223
2.1. Capacidade testamentária ativa	225
2.2. Capacidade testamentária passiva	227
2.3. Proibição de testamento conjuntivo	230
3. Espécies de testamento	231
3.1. Testamento público	233
3.2. Testamento cerrado	234
3.3. Testamento particular	236
3.4. Testamento marítimo	238
3.5. Testamento aeronáutico	239
3.6. Testamento militar	241
3.7. Testamento nuncupativo militar	242
3.8. Testamento vital	242
3.9. Testemunhas testamentárias	243
4. Disposições testamentárias	245
4.1. Interpretação dos testamentos	245
4.2. Vínculos instituídos por testamento	247
4.3. Sub-rogação de vínculos instituídos por testamento	249
4.4. Extinção de vínculos e de usufruto instituídos por testamento	250
4.5. Competência para sub-rogação e extinção de vínculos	252
5. Codicilos	253
6. Apresentação, publicação e registro dos testamentos e codicilos	254
6.1. Registro de testamento cerrado	256
6.2. Registro de testamento público	257
6.3. Registro de testamento particular	258
6.4. Testamentos especiais e codicilo	259
7. Legados	260

INVENTÁRIO E PARTILHA TEORIA E PRÁTICA

8. Caducidade, revogação, rompimento, redução das disposições testamentárias.	261
8.1. Caducidade dos legados	261
8.2. Revogação dos testamentos e codicilos	262
8.3. Rompimento do testamento	263
8.4. Redução das disposições testamentárias	263
9. Direito de acrescer	264
10. Substituições testamentárias. Fideicomisso	265
10.1. Fideicomisso conceito	265
11. Anulação de testamento	267
12. O testamenteiro	270
12.1. Direitos e obrigações do testamenteiro. Execução dos testamentos.	271
12.2. Prêmio do testamenteiro	272
13. Esquemas dos testamentos	274

CAPÍTULO 7**Inventário Judicial – Aspectos Gerais**

1. Conceito e formas de inventário judicial	277
1.1. Alvará. Conceito e finalidade	279
2. Partilha. Sobrepartilha	280
2.1. Sobrepartilha	281
3. Distribuição, registro e custas.	282
3.1. Distribuição e	282
3.2. Custas.	284
3.3. Valor da causa.	287
3.4. Base de cálculo das custas: monte-mor ou herança	287
4. Competência	292
5. Inventário conjunto – cumulação de inventários	295
6. Inventário negativo	297
7. Bens que não se inventariam.	298

8. Ações referentes à herança	302
8.1. Petição de herança	303
9. Ações contra o espólio	305
10. Questões de alta indagação	306
11. Prazos de início e término do inventário	308
12. Férias forenses.	309
13. Disposições comuns. Tutela provisória.	311
14. Intervenção do Ministério Público.	312

CAPÍTULO 8

Inventário Judicial – Processamento

1. Noções gerais	317
1.1. Espécies de inventário judicial	318
2. Fases do inventário judicial	318
3. Pedido de abertura. Documentos	320
3.1. Legitimidade e prazo.	320
4. O inventariante	321
4.1. Inventariante judicial. Inventariante dativo.	323
4.2. O administrador provisório.	323
4.3. Compromisso do inventariante.	324
4.4. Atribuições do inventariante.	324
4.5. Prestação de contas.	326
4.6. Remoção e destituição do inventariante	328
4.7. Recurso da decisão que nomeia, remove ou destitui inventariante	330
5. Representação legal. Incapazes. Curador. Procurador	331
5.1. Procurador	333
6. Primeiras declarações	334
7. Sonogados	337
8. Citações.	340
9. Impugnações.	341

INVENTÁRIO E PARTILHA TEORIA E PRÁTICA

9.1. Julgamento	341
9.2. Pedido para participar do inventário	342
9.3. Informações do Fisco	342
10. Avaliações	343
11. Últimas declarações	345
12. Impostos. Certidões negativas fiscais	346
13. Colação de bens	348
13.1. Casos de dispensa de colação	353
14. Créditos e débitos	355
15. Esquemas do inventário	358

CAPÍTULO 9

Imposto sobre a Transmissão de Bens

1. Os impostos sobre transmissão e suas espécies	361
1.1. Legislação sobre o imposto de transmissão	362
2. Imposto <i>causa mortis</i> . Conceito e origens. Fato gerador	363
2.1. Lei estadual paulista n. 10.705/2000, Alterada pela Lei n. 10.992/2001	365
2.1.1. Herança: isenções	366
2.1.2. Alíquota e base de cálculo	367
2.1.3. Doação	368
2.1.4. Declaração eletrônica e intervenção da Fazenda	369
2.1.5. Responsabilidade pelo recolhimento	371
2.1.6. Base de cálculo, prazo e penalidades	371
2.2. Leis de outros estados sobre o Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações	373
2.3. Imposto progressivo. Constitucionalidade	382
2.4. Vigência e aplicação do imposto: cada lei no seu tempo	383
3. Imposto <i>inter vivos</i> . Conceito e fato gerador	385
3.1. Alíquota do ITBI	386
3.2. Relação do ITBI com o processo de inventário	387

4.	Cálculo do imposto no inventário	387
4.1.	Base de cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	388
4.2.	Imposto em caso de renúncia à herança	390
4.3.	Imposto em caso de renúncia à meação	391
4.4.	Procedimento do cálculo no inventário	392
4.5.	Recurso da sentença de cálculo	393
4.6.	Imóveis situados em outros estados	395
5.	Cálculo e recolhimento do imposto nos arrolamentos	395
6.	Imposto de Renda sobre lucros na sucessão	396

CAPÍTULO 10

Partilha

1.	Noções	401
1.1.	Requerimento e deliberação sobre a partilha	402
2.	Formas de partilha – Julgamento	402
2.1.	Partilha amigável	403
2.2.	Usufruto	404
2.3.	Partilha judicial	405
2.4.	Sentença	409
2.5.	Formal de partilha	409
2.6.	Recurso	411
3.	Emenda da partilha, anulação, nulidade e rescisão	411
3.1.	Erro de fato e inexatidões materiais	411
3.2.	Anulação da partilha amigável	411
3.3.	Rescisão de partilha	412
3.4.	Nulidade da partilha	414
4.	Garantia dos quinhões hereditários	415
5.	Sobrepilha	416
6.	Substituição processual do espólio	416
7.	Partilha no divórcio e na dissolução da união estável	417
8.	Esquema da partilha	419

INVENTÁRIO E PARTILHA TEORIA E PRÁTICA

CAPÍTULO 11

Arrolamento – Generalidades

1. Conceito de arrolamento	421
2. Modalidades de arrolamento.	421
3. Normas subsidiárias do arrolamento	422
4. Arrolamento cautelar	422

CAPÍTULO 12

Arrolamento Sumário

1. Conceito e requisitos de arrolamento sumário	423
2. Fases processuais	424
3. Eliminação de termos	426
4. Dispensa de avaliação	427
5. Credores do espólio – Decisão sobre avaliação.	428
5.1. Recurso.	428
6. Taxa judiciária – Valor da causa	428
7. Imposto de transmissão	429
8. Partilha amigável.	432
9. Homologação da partilha – Formal.	433
10. Esquema do arrolamento sumário	434

CAPÍTULO 13

Arrolamento Comum

1. Conceito e requisitos	435
2. Fases processuais	435
3. Plano de partilha.	437
4. Avaliação dos bens	438
5. Julgamento da partilha	438
6. Esquema	439

CAPÍTULO 14

Inventário e Partilha Extrajudicial

1. Observações gerais	441
1.1. Provimentos das Corregedorias de Justiça. Resolução n. 35 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	442
1.2. Alterações no Código de Processo Civil.	442
1.3. Partilha ou adjudicação.	444
1.4. Dualidade de procedimentos: inventário judicial e inventário extrajudicial. Testamento	444
1.5. Caráter opcional do inventário extrajudicial	445
1.6. Homologação da partilha pelo juiz, no procedimento judicial de arrolamento sumário	446
1.7. Abertura da sucessão e inventário.	446
1.8. Prazos para o inventário	447
1.9. Distinção entre meação e herança	447
1.10. Efeitos do inventário e partilha extrajudicial	448
1.11. Competência funcional do tabelião.	449
1.12. Responsabilidade do tabelião	450
1.13. Assistência de advogado	450
1.14. Bens e direitos que dispensam inventário e partilha	451
2. Formalidades da escritura de inventário e partilha.	452
2.1. Partes no inventário	452
2.2. Credores do espólio	453
2.3. Cessão de direitos hereditários	453
2.4. Renúncia da herança.	454
2.5. Procuradores das partes	455
2.6. Nomeação de inventariante.	455
2.7. Administrador provisório	456

INVENTÁRIO E PARTILHA TEORIA E PRÁTICA

2.8. Documentos das partes . . .	456
2.9. Bens Descrição, valores e documentos	457
2.10. Bens situados no estrangeiro	458
2.11. Certidões negativas de débitos fiscais	459
2.12. Impostos de Transmissão	459
2.13. Sobrepartilha extrajudicial	460
2.14. Escritura de retificação da partilha	460
2.15. Central de Inventários e de testamentos	460
2.16. Emolumentos da escritura – Lei de custas	461
2.17. Gratuidade	461
2.18. Carta de Sentença ou Formal de Partilha Extrajudicial	462
3. Conclusão	463

CAPÍTULO 15**Alvarás Judiciais**

1. Conceito e espécies	465
2. Alvará incidental. Alienação de bens	467
3. Alvará em apenso	470
4. Alvará independente	472
5. Dispensa de alvará	475
5.1. Saldo de salários	476
5.2. FGTS	477
5.3. PIS/PASEP	479
5.4. Saldos bancários	480
5.5. Restituição de tributos	481
5.6. Seguro de vida	482
5.7. Pecúlio	483
6. Recurso da decisão de alvará	483
7. Nota: Correção de valores para fins de arrolamento e dispensa de alvará. Extinção da ORTN	484

CAPÍTULO 16

Terminologia 487

CAPÍTULO 17

Formulários 497

17.1. Alvará em Inventário negativo, para outorga de escritura	497
17.2. Alvará em Inventário, para venda de bens.	498
17.3. Alvará em Inventário, para outorga de escritura.	499
17.4. Alvará em Inventário, para levantamento de depósito.	500
17.5. Alvará independente, sem bens a inventariar, pedido de levantamento de depósitos bancários, FGTS e PIS-PASEP.	501
17.6. Alvará em apenso, requerimento de terceiro para outorga de escritura	503
17.7. Arrolamento comum. Pequeno valor. Petição inicial	504
17.8. Arrolamento sumário. Partes maiores e capazes. Petição inicial.	505
17.9. Arrolamento sumário. Declarações de herdeiros e de bens e partilha amigável.	507
17.10. Arrolamento sumário. Despacho na petição inicial	509
17.11. Arrolamento. Sentença – Homologação de partilha.	510
17.12. Herança vacante. Auto de adjudicação	511
17.13. Inventário. Petição de abertura pelo cônjuge.	512
17.14. Inventário. Petição de abertura por herdeiro	513
17.15. Inventário. Petição de abertura pelo Ministério Público	514
17.16. Inventário conjunto (ou cumulado). Petição inicial.	515
17.17. Inventário com testamento. Petição inicial.	516
17.18. Inventário Negativo. Petição inicial	517
17.19. Inventário. Compromisso de inventariante (ou testamentário)	518
17.20. Inventário com herdeiro menor, sem testamento.	519
17.21. Inventário com testamento. Primeiras declarações	521
17.22. Inventário. Reclamação contra a inclusão de herdeiro	523
17.23. Inventário. Reclamação contra a nomeação de inventariante.	524

INVENTÁRIO E PARTILHA TEORIA E PRÁTICA

17.24. Inventário. Pedido de remoção de inventariante	525
17.25. Inventário. Pedido de colação de bens.	526
17.26. Inventário. Renúncia da herança	527
17.27. Inventário. Últimas declarações.	528
17.28. Inventário. Pedido de quinhão	529
17.29. Inventário. Esboço de partilha.	530
17.30. Inventário. Auto de partilha	532
17.31. Inventário. Auto de adjudicação	533
17.32. Sentença homologatória de partilha.	534
17.33. Inventário. Desistência do prazo de recurso	535
17.34. Inventário. Pedido de aditamento (ou retificação) a formal de partilha.	536
17.35. Inventário. Requerimento de sobrepilha	537
17.36. Inventário. Habilitação de crédito. Reserva de bens. Petição do credor	538
17.37. Inventário. Requerimento de conversão de inventário em arrolamento.	539
17.38. Testamento público. Requerimento de registro.	540
17.39. Testamento particular. Requerimento de confirmação e registro	541
17.40. Testamento cerrado. Requerimento de abertura e registro	542
17.41. Testamento cerrado. Termo de apresentação e abertura	543
17.42. Vintena (prêmio). Pedido de arbitramento	544
17.43. Usufruto – Extinção. Requerimento ao registro de imóveis	545
17.44. Sub-rogação de vínculos. Petição inicial	546
17.45. Inventário e partilha extrajudicial – Escritura pública.	547
<i>Índice Alfabético Remissivo</i>	551
<i>Bibliografia</i>	563